



Jean Ignacio Lima (UFRJ)<sup>1</sup>

Luiz Antônio Marcuschi (1946 – 2016) é importante nome para os estudos linguísticos no Brasil, especialmente para a linguística textual e os estudos dos gêneros. Neste texto, pondera-se acerca de alguns apontamentos de Marcuschi sobre fala e escrita, em seu artigo publicado na Revista do GELNE pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Releia-se, também, sobre a necessidade de se considerar uma dicotomia entre fala e escrita quanto às suas características individuais.

Na seção “Fala e escrita: um tema antigo”, Marcuschi retrata como a questão fala e escrita vem sendo tema na sociedade desde a tradição ocidental, pelos gregos e, especialmente, por Platão. Uma das questões norteadoras do texto gira em torno da natureza da fala e escrita de variados pontos de vista: teórico, epistemológico, linguístico; bem como o histórico, antropológico e cognitivo.

A perspectiva de Marcuschi põe em consideração a existência de um contínuo entre fala e escrita, perpassando os gêneros textuais. O autor se alinha à crítica de Street (1995) feita a Chafe, uma vez que este, tratando fala e escrita, ainda as polariza ao elencar as características de ambas.

Marcuschi ressalta que para muitos ainda existem questões que inquietam e se evidenciam como mal-postas, sendo elas: 1) o uso da escrita influencia os padrões de pensamentos? 2) Fala e escrita são sistemas linguísticos independentes com características próprias? 3) Fala e escrita impõem relações de poder distintas?

O próprio autor chama a atenção para um olhar à tradição ocidental, mencionando o diálogo de **Fedro** em seu texto. Se é fato que a fala é pré-existente à escrita, certamente, na antiguidade, haveria a supervalorização da retórica. Com o surgimento da escrita, a permanência dos escritos em tempo e espaço abrem folga a menos esforço de memória. Fala e escrita são,

---

<sup>1</sup> Doutorando em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.



portanto, extensões do “eu” para o mundo e do mundo para o “eu”. São pontes que possibilitam acesso entre o inacessível: os pensamentos, o cérebro, as memórias.

Essa supervalorização parte de concepções específicas e muito particulares de acordo com os grupos sociais. Atualmente, é notório que a tradição escrita tem muita influência nos grandes centros urbanos, mas, certamente, não é exclusividade de todas as sociedades existentes. Há aquelas em que a tradição oral continua sendo importante como em grupos de línguas ágrafas, por exemplo.

Na seção “Algumas posições já consolidadas”, visualizando que essas modalidades existem independentemente e compõem valores ideológicos distintos de acordo com cada grupo social, convém considerar que, ainda que partilhem do mesmo código em gêneros orais e escritos, há características, sim, que as particularizam linguisticamente.

Inclinando-se ao valor histórico, Marcuschi pontua a re(invenção) da escrita e como essa metamorfose continua em processo. Em suas palavras, “hoje a escrita está se tornando cada vez mais pictográfica, iconográfica ou ideogramática” (p.4). Menciona também que “o próprio computador está popularizando um grande número de ícones que estão sendo apropriados como adequados em textos de vida diária.” (p.4).

Certamente, essa comutação de uso de símbolos verbais para símbolos imagéticos põe em conflito também a ideia de um contínuo, uma vez que essas propriedades materializadas em gêneros escritos não perpassam para os orais. A propriedade imagética da linguagem é característica gráfica, assim como a propriedade acústica é da fala.

Daí ecoa a primeira inquietação ao competirmos fala e escrita em um contínuo. Entende-se que ao equiparar as modalidades da língua em um contínuo, Marcuschi está se referindo aos signos verbais e sua transitividade entre os gêneros orais e escrito. Contudo, mesmo diante de um mesmo código, ainda há algo que inquieta.

O autor solicita a clareza de que fala e escrita não sejam postas como itens de natureza puramente linguística quando em comparação. Sabe-se, de fato, que há outros aspectos muito relevantes ao se considerar ambas, como o antropológico e epistemológico, por exemplo. Contudo, ainda que tal solicitação seja pertinente, não há como desconsiderar as particularidades que cabem, especificamente, a cada modalidade considerando o código. A inquietação alcança, então, seguinte exemplo:



Escrita: vc comprou a blusa que pedi?

Fala: Cê comprô a blusa?

Certamente, elencar as características de cada modalidade não é oportuno para Marcuschi, nem mesmo para alguns outros teóricos que seguem a perspectiva do contínuo, como nos escritos de Rojo (2006). O próprio autor destila críticas à polarização das modalidades feita por Chafe (1982 *apud* Marcuschi 2001).

Não se afasta aqui, de todo, da concepção do contínuo entre fala e escrita – há sentido quando se considera um código que perpassa os mesmos gêneros orais e escritos. Porém, o que o exemplo acima nos mostra é que alguns paradigmas do código habitam, exclusivamente, em uma das modalidades apenas. E se determinados itens linguísticos são da fala e escrita propriamente, então, cabe olhar essas modalidades como ferramentas com demandas próprias de execução comunicativa, com suas interseções pelo mesmo código, mas próprias. A inquietação leva à dúvida: até que ponto o contínuo equipara fala e escrita? Ao lançar olhar sobre essas particularidades, Marcuschi trata melhor dessa questão na obra “Da fala para a escrita: atividades de retextualização”<sup>2</sup>. Contudo, a partir disso, até que ponto podemos pensar em uma relação biunívoca entre fala e escrita?

O autor discorre, ainda na mesma seção, a respeito das relações ideológicas exercidas pela escrita. Salienta como cada cultura e povo lidam com a escrita e estabelecem relações de poder distintas, como no caso dos Nukulaelae, em que a escrita era prática feminina e de caráter informal; e no caso dos Karamokos, em que ela era prática de poder social da figura masculina.

Em “Práticas de Letramentos e eventos de escrita”, observa-se a sistematização entre fala-escrita, bem como a concordância de Marcuschi com Street (1995 *apud* Marcuschi 2001) quanto à integração das modalidades em uso diário, materializando a concepção do contínuo. Usa-se, a exemplo, o caso da leitura em voz alta de gêneros escritos para exemplificar a mescla das modalidades escrita-fala em uso.

Outra crítica de Marcuschi parte da “grande divisão” feita pela escola em relação às modalidades. Atualmente, há a centralização do ensino de língua pautado, com certo peso, nos gêneros escritos – o que atrofia, por consequência, o domínio de práticas discursivas que coloquem em foco o desempenho oral, por exemplo.

---

<sup>2</sup> Recomendação de leitura:

MARCUSCHI, L.A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.



Marcuschi distingue as relações entre **eventos de letramentos** como “atividades particulares onde a escrita tem um papel central” (p.4) e **práticas de letramentos**, como “atividades culturais gerais de uso da escrita se desenvolvem no evento” (p. 4), salientando que as **práticas de letramentos** se modificam de acordo com os **domínios da vida social**, surgindo, portanto, **esferas de domínio de escrita** variadas.

O que chama atenção mais uma vez nessa seção é que Marcuschi pondera novamente que fala e escrita dispõem de organizações com requisitos próprios (em concordância); e que também dispõem do mesmo sistema linguístico (também em concordância), mas não aponta as particularidades linguísticas de cada modalidade, haja vista o exemplo “vc/cê” acima, que evidencia certas demandas linguísticas exclusivas de cada modalidade.

Em “Fala e escrita na grade dos gêneros textuais”, há uma apresentação visual-imagética da relação fala e escrita no contexto dos gêneros textuais orais e gráficos. Marcuschi passa a admitir uma visão mais elaborada do seu gráfico do contínuo, onde “uma esfera no interior da qual toda a produção textual se daria como um conjunto de práticas linguísticas e discursivas, situadas em relações mútuas, não havendo dois pontos extremos” (p.6).

Nas suas “Palavras finais”, o autor salienta que as relações entre fala e escrita não devem ser restritas aos aspectos da língua, pois o uso está diretamente relacionado à realidade sócio-comunicativa do falante. Certamente, as contribuições do autor para os estudos linguísticos são de grande valia e importância para a formação do professor de língua. A contribuição para a formação e reflexão crítica de profissionais da Educação, sem dúvidas, será muito rica com a leitura desta obra. Contudo, deixam-se aqui alguns questionamentos para que possam contribuir e guiar, de algum modo, uma leitura inquieta e que desperte mais inquietações, inclusive.

## Referências

CHAFE, Wallace. Integration and Involvement in Speaking, Writing, and Oral Literature. In: D.TANNEN (ed.) 1982. **Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy**. New Jersey, Ablex: Norwood, 1982.

MARCUSCHI, L. A. Fala e escrita: uma visão não dicotômica. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 3, n. 1/2, p. 1–7, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9178>. Acesso em: 9 ago. 2022.

ROJO, Roxanne. **As relações entre fala e escrita: mitos e perspectivas – caderno do professor**. Belo Horizonte: Ceale, 2006.



---

**STREET, Brian S. Social Literacies. Critical Approaches to Literacy in Development, Ethno-graphy and education.** London & New York: Longman, 1995.

